

# FORMAÇÃO POLÍTICA DOS INTEGRANTES DE UMA ASSOCIAÇÃO DE USUÁRIOS DE SAÚDE MENTAL<sup>1</sup>

*Policy training to mental health users association memberships*

*Formación política de los miembros de la asociación de usuarios de salud mental*

Jeferson Rodrigues<sup>2</sup>  
Jonas Salomão Spricigo<sup>3</sup>  
Eduardo Vasconcelos<sup>4</sup>  
Silvia Maria Azevedo dos Santos<sup>5</sup>

**Resumo:** Trata-se de um relato de experiência a partir do desenvolvimento de processo de formação política dos integrantes de uma associação de usuários de um serviço de saúde mental. Utilizamos como referencial teórico-metodológico a pedagogia problematizadora de Paulo Freire e os passos do Arco de Magueréz. Dentre os resultados expõem-se as reflexões acerca da cidadania no campo da saúde mental e sugestões para a realização prática de formação política no campo de saúde mental e atenção psicossocial. Concluímos que Formação Política em Saúde Mental é uma prática reflexiva que busca desenvolver a consciência crítica por parte do usuário ou cidadão para objetivos a serem desenvolvidos de acordo com a necessidade ético-político e existencial, contribuindo para militância e participação política, para o exercício da cidadania inventiva, da defesa de direitos e na intervenção no serviço de saúde mental.

**Palavras chave:** Serviços de Saúde Mental; Pacientes Mentais; Política de Saúde; Capacitação.

**Abstract:** This experience reports the development of political education process to mental health service users associations memberships. It was used problematic pedagogy of Paulo Freire and the Magueréz' Arc. Among the results expose themselves reflections on citizenship in the field of mental health and suggestions for the practical realization of political education in mental health and psychosocial care. We conclude that Policy Training in Mental

---

<sup>1</sup> Título da Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina.

<sup>2</sup> Enfermeiro, Doutor pelo Programa de Pós Graduação em Enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: jef\_rod@hotmail.com.

<sup>3</sup> Professor Doutor do Curso de Enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina.

<sup>4</sup> Professor P.h.D da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

<sup>5</sup> Professora Dr<sup>a</sup> do Departamento de Graduação e do Programa de Pós Graduação em Enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina.

Health is a reflective practice that seeks to develop critical awareness from user or citizen, according to the ethical-political and existential, contributing to political participation and activism, to exercise inventive citizenship, advocacy and intervention in mental health service.

**Keywords:** Mental Health Services; Mentally Ill Persons; Health Policy; Training.

**RESUMEN:** Esta experiencia informes del desarrollo del proceso de educación política de salud mental de los usuarios del servicio asociaciones miembros. Se utilizó la pedagogía de Paulo Freire problemática y el Arco del Magueréz. Entre los resultados se exponen reflexiones sobre la ciudadanía en el ámbito de la salud mental y sugerencias para la realización práctica de la educación política en salud mental y atención psicosocial. Se concluye que la política de formación en Salud Mental es una práctica reflexiva que busca desarrollar la conciencia crítica de usuario o ciudadano, de acuerdo con lo ético-político y existencial, lo que contribuye a la participación política y el activismo, el ejercicio de la ciudadanía de la invención de promoción e intervención en salud mental de servicios.

Palabras clave: Servicios de Salud Mental; Enfermos Mentales; Políticas de Salud, Capacitación.

### **Introdução**

A participação política e a militância em saúde mental resultam de processos interdependentes, que buscam novos sentidos para a vida e a defesa dos direitos humanos dos sujeitos em sofrimento mental. Neste rumo, as associações de usuários/familiares e trabalhadores devem ter a tarefa formativa imediata de favorecer a instrumentalização de seus participantes, para os embates decorrentes da implantação e consolidação da nova política no campo da saúde mental e atenção psicosocial.

No entanto, somente a prática social e a prática militante não oferecem os incrementos necessários a uma compreensão mais aprofundada da realidade, uma vez que se constitui como síntese de múltiplas contradições, o que exige, para sua apreensão, um profundo e árduo exercício de abstração e de análise. Isso significa que o potencial pedagógico máximo da prática é a construção do que se pode chamar de consciência reivindicativa (TUMOLO, 2002).

Assim, a experiência de vida e a prática militante são pontos de partida para a construção de uma práxis, ou seja, de um processo de ação-reflexão-ação. Um processo que perpassa uma ação teórico-educativa para ser elevada à categoria complexa, da qual, em linhas gerais, deve

buscar a superação do senso comum. É através disso que se consegue qualificar o conhecimento adquirido na prática da militância para que se compreenda as questões postas pela luta cotidiana e seus movimentos contraditórios da realidade (TUMOLO, 2002).

Este estudo faz parte da dissertação de mestrado do autor principal, a qual teve como questão de pesquisa: como contribuir para que os integrantes de uma associação de usuários de um serviço de saúde mental adquiram uma compreensão mais ampla do papel e da atuação da associação de tal forma a melhor enfrentar as questões de suas vidas individuais e coletivas? Visando responder essa questão, desenvolveu-se uma pesquisa convergente assistencial, que teve como **objetivo** a formação política dos integrantes de uma associação de usuários de um serviço de saúde mental.

### **Metodologia**

Desenvolveu-se um estudo de abordagem qualitativa que teve como referencial teórico/metodológico a pedagogia problematizadora (FREIRE, 1982) e as teorias que sustentam o processo de Reforma Psiquiátrica Brasileira (AMARANTE, 2003). Para implementação desse estudo utilizou-se os passos do Arco da Problematização de Maguerez (Bordenave, 1998): observação da realidade, situação problema, pontos-chave, teorização, hipóteses de solução e as aplicações da realidade. Estes passos permitiram a aproximação com o contexto e a realidade individual e do grupo, contribuíram para a troca de informações, reflexões e construção de propostas de ações para as situações-problema encontradas. Os dados foram coletados pela técnica de grupo focal, sendo gravados e transcritos posteriormente.

Foram realizados cinco encontros com os usuários de um serviço de saúde mental, com um número oscilante entre oito a três usuários por encontro. Os critérios de inclusão foram o desejo e o interesse de participar das atividades e que não estivessem em crise psíquica no momento da prática.

No decorrer do processo houve algumas ausências motivadas por situações de crise em alguns integrantes, viagens imprevistas de alguns, decisão de não participar ou participar de outras atividades que não os encontros. As ausências foram respeitadas, levando-se em consideração as individualidades, o momento, o tempo e o ritmo de cada ser humano. Por considerar que alguns usuários são lideranças reconhecidas no movimento antimanicomial,

escolheu-se não mostrar um perfil detalhado sobre os envolvidos no estudo, para preservar o anonimato dos mesmos.

A partir da aplicação do Arco, foram abordadas as seguintes situações problemas: Formação Política; Direitos e Legislação no campo da Saúde Mental; Reforma Psiquiátrica; Controle Social; Relações de Poder; Organização Política de Usuários no Contexto da Saúde Mental; Teoria e Prática no campo da Saúde Mental. Os aspectos éticos respeitaram os preceitos da resolução nº 196/96 do Conselho Nacional de Saúde onde os sujeitos assinaram o consentimento livre e esclarecido. A análise foi realizada à luz do referencial teórico e a partir da seleção das falas e acontecimentos mais significativos que envolviam cada temática abordada.

### **Resultados E Discussões**

Dentre os resultados encontrados na pesquisa da dissertação, apresentamos as análises acerca do tema da cidadania e a forma prática da realização da formação política.

Exercício de Cidadania – Que outra cidadania é possível para os sujeitos em sofrimento psíquico?

Podemos pensar em como exigir cidadania, exercício racional da autonomia, a um tipo social cuja característica central, particularmente no período da crise é a de que não se encontra de posse da razão? Como conciliar os postulados democráticos de igualdade e liberdade juntas aqueles que parecem necessitar, sobretudo, de fraternidade? Em relação à razão, Bezerra Jr. (1992) refere que Pinel tem um mérito, o de ter descoberto “o resto” de razão nos alienados e este resto serve como contendo o princípio de sua liberdade. Dessa forma, a loucura aparece em momento provisório e inscreve-se em um fundo de humanidade.

Uma outra cidadania é possível, mas como?

Uma outra cidadania é possível? Quando se pensa na possibilidade de fecundar a idéia de uma nova democracia como invenção permanente, Vasconcelos (2000a) e Bezerra Jr. (1992) reconhecem a necessidade de produzir novos valores e novas práticas subjetivas que são indispensáveis à construção de uma sociedade tolerante. Considerando-se que a cidadania não é apenas o reconhecimento de direitos ou proteção da singularidade, mas um processo ativo de ampliação da capacidade de todos e de cada um agirem de modo livre e participativo, ou seja, em nome de quê direitos estariam os usuários no campo da saúde mental reivindicando estes?

Para isto, segundo os autores, é indispensável refletir criticamente sobre as nossas concepções de sujeito. Para Bezerra Jr. (1992), o ser humano, nas palavras de Freud, é um ser atravessado por conflitos permanentes e dilacerantes, que só encontram formas de estabilização nas práticas lingüísticas que propõem as regras de reconhecimento público e privado. Para o autor, a marca fundamental do humano é a contingência, a ausência de natureza. Por isso sua descrição do sujeito humano nos ajuda a imaginar criativamente novas formas de conceber a cidadania nas quais o peso normativo da razão possa ser relativizada frente a outros valores. Então, qualquer política de saúde mental tem de começar pelo reconhecimento do paradoxo: na loucura quem é o sujeito?

Para Vasconcelos (2000a), deveriam existir formas revolucionárias do desejo de grupos sociais que contemplariam formas sociais criadoras e inovadoras como: críticas aos dispositivos culturais, ambientes e serviços que reproduzem o estigma e a desvalorização social dos usuários; oportunidades para o acesso a vida comum como a dos demais cidadãos, com riqueza de estímulos e trocas sociais; estimular o respeito pelas pessoas, o menor controle e paternalismo possível sobre os indivíduos, pela ênfase na liberdade (prática de escolhas), no direito à autodeterminação, à autonomia<sup>6</sup> e à independência pessoal, sem, contudo, negar o direito à dependência; viabilizar o *empowerment*, por meio de estímulos às iniciativas de auto-ajuda, suporte mútuo, mudança cultural, defesa dos direitos informal, legal e profissionalizada, de forma individual e coletiva e a participação efetiva dos usuários nas decisões nos serviços e agências promotoras de políticas de saúde mental, nos níveis de planejamento, execução, avaliação de serviços e na formação de recursos humanos para o trabalho no campo da saúde mental.

A vontade de liberdade do sujeito, ao mesmo tempo conectado a loucura e a razão, é que faz os meios de interesse em submeter esta especificidade e respondê-la com a ordem, a tutela e controle, com isto as denúncias deste campo emergem a favor da diferença e para justificar tratamentos desiguais.

Como diz Vasconcelos (2000a) não equivalentes, pois o oposto da igualdade é a inequivalência e não a diferença, pois a pretensão não é anular as diferenças entre os sujeitos,

---

<sup>6</sup> Autonomia é a capacidade de gerar normas, ordens para a sua vida, conforme as diversas situações que enfrenta. Assim, não se trata de confundir autonomia com auto-suficiência nem com independência. Dependentes somos todos. A questão do usuário é antes uma questão quantitativa: dependem excessivamente de apenas poucas relações/coisas (KINOSHITA, 1996).

mas afirmar que tais diferenças são utilizadas para justificar tratamentos desiguais, não equivalentes.

A cidadania dos loucos atravessa dois pontos cruciais: luta pelos direitos sociais especiais e a dependência em relação aos profissionais e aos serviços públicos de saúde mental. Esse é um debate, imprescindível, que ainda terá importância.

Portanto, a conquista da cidadania em saúde mental e atenção psicossocial é ter consciência de que estamos diante de um campo de relações de forças complexo e paradoxal que não impede a construção e implementação de projetos com pretensão hegemônica, mas que a manutenção de seu caráter democrático exige abandonar esquemas conceituais lineares, onipotentes, que tentam garantir de antemão a sua eficácia.

Por conseguinte, para Vasconcelos (2000b), não é levado em conta o caráter ambíguo, mutante e paradoxal dos dispositivos de poder e de suas formas de resistência, exigindo esforço contínuo de crítica e atualização, como por exemplo, na abordagem basagliana.

Estas reflexões em torno da cidadania foram repetidas por vezes pelos usuários quando das discussões de outras situações problema. Verificamos que a cidadania no campo da saúde mental e atenção psicossocial, necessita ser inventada, primeiro porque é alicerçada pela racionalidade, segundo pela diferença expressa e terceiro para provocar transformação entre a sociedade e a loucura.

Contudo, estes apontamentos em relação à cidadania, fizeram pensarmos uma prática diferenciada de formação política.

### **Formação Política Em Saúde Mental – Método Problematizador**

Partindo do pressuposto que é necessário a realização de uma nova estratégia para a efetivação da cidadania inventiva, exige-se um dispositivo de enfrentamento diferente e que serão explicitadas a seguir.

A realização desse estudo revelou que o método problematizador é um caminho possível para aproximação da realidade que necessita ser explorada. O método contribui para pensar desde a experiência pessoal de cada participante até a influência que a cultura e o sistema econômico, político e social exerce sobre a subjetividade humana. O método pode ser utilizado independente da cultura sócio-política-geográfica em que estejam as pessoas desejantes, pois faz situá-las e problematizá-las.

A metodologia da educação popular, ao partir da realidade do sujeito, permite problematizar e buscar soluções práticas evitando estabelecimento, *a priori*, de questões a serem tratadas e evitando o risco de iatrogenizar as concepções e as realidades dialogadas.

As situações problemas emergidas são apenas ensaios do que possa vir a ser discutido. Em cada local há uma realidade distinta, por isso a necessidade de se averiguar, através do método, quais temas geradores mostram-se mais importantes mediante os envolvidos.

Como destaque, a sugestão é de que os temas geradores poderiam estar elencados por níveis de prioridade na vida dos envolvidos. Num primeiro momento, os temas geradores devem emergir a partir da necessidade de cada pessoa envolvida/individual, depois se busca o mais prioritário, desejoso e estimulante para o grupo/coletivo. Acreditamos que na experiência realizada, os temas contribuíram como ajuda para o despertar da consciência e para pensar a vida e seus fatos, porém tivemos momentos de dificuldade para consensuar individual com o coletivo.

Em se tratando da especificidade abordada, é importante que se converse antes e depois das discussões, numa tentativa de explorar sentimentos envolvidos, ou seja, como os participantes estão se sentindo, como está sendo para eles as novas descobertas, ou não, no sentido de evitar gerar angústia e/ou ansiedade, por vezes vinda à baila pela experiência concreta e existencial da crise.

Durante a pesquisa, alguns usuários reviveram conflitos não superados no campo da saúde mental através do contato que o processo de formação política pôde despertar. Algumas vezes, a percepção da dura realidade e a difícil mudança desta, pode gerar mais sofrimento. Para isso, é primordial assegurar espaço para manifestação dos sentimentos e das emoções antes e depois das atividades, isto decorrente da sensibilidade visível no campo da saúde mental e atenção psicossocial.

### **Sugestão de formação política em saúde mental – Perspectivas futuras**

Ao pensar um processo de formação política em saúde mental faz-se necessário lembrar da especificidade que tal processo carrega, dentre outras, a experiência da crise das pessoas que a vivenciam, seus limites, seus potenciais, limitações e o sentido desta ação na vida de cada um e para o grupo.

O **ambiente** no qual realizar-se-á o processo deve proporcionar um espaço agradável, com recursos que possibilitem a facilitação do mesmo. Entendemos que os encontros fora do

serviço de saúde mental possibilita às pessoas transitarem por outros espaços sociais ao mesmo tempo em que, o afastamento do serviço da saúde, permite eliminar as interferências que o mesmo possa causar no processo.

Sobre as **dinâmicas de organização** é sugestivo iniciar os encontros com dinâmicas que integrem o grupo, que façam relação com suas vidas e com a realidade social na qual estão inseridos, pois a “troca” das diferentes realidades oportuniza aos envolvidos reconhecerem-se. A utilização de dinâmicas que mobilizam o corpo pode ser útil na medida que o movimento se contrapõe à participação estática característica dos padrões formais de educação. Ao iniciar os trabalhos, é importante que as pessoas narrem um pouco suas histórias de vida, da experiência da loucura, falem da militância ou da não militância para que as pessoas reconheçam-se entre si.

Ao utilizar o **método** problematizador é fundamental iniciar explicando como ele é, mostrando exemplos a partir de algum tema gerador. É desejável que os participantes assumam tarefas, como por exemplo, apresentar algum tema gerador e iniciar a discussão para ir apropriando-se da tão falada responsabilidade e compromisso e para que os usuários envolvam-se com o que se estão realizando.

Faz-se necessário aprofundar os temas geradores, talvez para cada tema gerador haja necessidade de se pensar o **tempo** que se irá dispor, pois a teorização dos temas é um ir e vir difícil de se estabelecer, *a priori*, um tempo exato.

A realização de uma **parte prática** é imprescindível no processo de formação para que se tenha a possibilidade de perceber-se dentro do contexto e da realidade estudada a ligação com a teoria que está sendo descoberta. Como exemplo, para o tema da legislação, iniciar como e onde se constrói uma lei e, visita-se a assembléia legislativa, câmara de vereadores entre outros, a fim de entrevistar e buscar conhecimento com os legisladores. Isto para aproximar a teoria da prática e para que haja a percepção da realidade do que está sendo feito.

As “**tarefas para casa**” também podem ser exploradas enquanto elemento motivador para dar continuidade e aderência ao processo de formação, como busca em bibliotecas, entrevistas, pesquisa em internet entre outras. Cuidado especial com as tarefas não realizadas, evitar cobranças impositivas que possam constranger a pessoa buscando entender o motivo da não realização. Apoiar a pessoa para repensar a responsabilidade assumida.

No tocante as **teorias** utilizadas, é recomendável que busque-se literaturas que estejam em consonância com o processo de reforma psiquiátrica e com os princípios da Luta

Antimanicomial, que rompam com o paradigma biomédico. Teorias que ofertem embasamento crítico reflexivo, que possibilitem uma visão aprofundada dos temas geradores, tornando-os o mais próximos da vida cotidiana dos envolvidos.

Primordiais são **avaliações** que possam ser feitas com e pelo grupo ao término de cada tema gerador. Avaliar de que maneira a formação está sendo utilizada na vida dos participantes, onde ela se aplica no cotidiano.

Partindo de nossa realidade, bem como outras experiências em formação política, é primordial e indispensável **incentivo financeiro** para os participantes, seja como “bolsa de estudos” e/ou valores financeiros de tal forma que ao participar esta não fique impedida de realizar atividades que lhe garantam algum recurso financeiro. Esta contribuição, além do aspecto citado, também poderia traduzir-se num incentivo à participação. Isto é possível através de parcerias com instituições para fazer projetos e oferecer ao Estado.

### **Especificidade da Loucura – A experiência da crise**

Por tratar-se de uma especificidade, a experiência da crise acompanhará o desenvolvimento do processo de formação política neste campo como uma possibilidade, tanto no decorrer do processo de formação, quanto na prática posterior de militância política.

Em se tratando do processo de formação, é desejável que haja a discussão da crise com os envolvidos já nos primeiros momentos. Isto para que concretizem-se espaços de solidariedade, confiança e afeto entre os participantes. É necessário que haja espaços de proteção para as pessoas que fragilizam-se no decorrer da atividade, espaços como grupos de ajuda mútua, apoio de outros usuários e/ou pessoas de confiança dela. Dialogar com o grupo se suspende o processo ou não. Por isso, a relevância da especificidade e o acordo entre o grupo. Neste sentido, é interessante que respeite-se a decisão do grupo para que a continuidade seja agradável e de aproveitamento na vida dos participantes.

### **Implicações para pensar a própria formação e prática política dentro da especificidade da loucura.**

Aceitar as interrupções como condição existencial colocada pela diferença da loucura, que por vezes acontece de as pessoas não voltarem para a prática militante devido aos espaços conflituos e de embate que desencadearam a crise, investir em espaços de acolhimento para estas

situações, para que pessoas possam retornar às discussões políticas e os movimentos sigam com suas referências.

Desmistificar o processo linear sem ambigüidades/crises - um dos desafios para as associações é a urgência na criação de serviços alternativos para momentos de crise, e que funcionem como refúgio e asilo (no sentido político) na comunidade, dado o volume de recursos necessários para financiá-los, o suporte disponível 24 horas por dia e os requisitos de segurança.

Sobre estes espaços e dispositivos, indicamos com Vasconcelos (2003):

Defesa dos direitos - uma entidade de advogados profissionais que desenvolvam ações de defesa formal dos direitos civis e sociais dos usuários, também ligados aos conselhos de usuários de cada instituição ou serviço.

Acompanhamento dos companheiros - uma proposta interessante é reafirmar o direito de decidir quem o usuário quer que esteja envolvido na decisão tomada durante o cuidado.

Testamento em vida ou declaração antecipada visando a recuperação - um adulto pode expressar de antemão como deseja ser tratado em caso de crise de saúde mental e incapacidade de auto-determinação. Declarações antecipadas podem, por exemplo, expressar uma recusa de um conjunto de tratamento em particular, ou dar prioridade a um outro, ou escolher o serviço ou o profissional preferido.

Ajuda mútua; Suporte mútuo: apoiando as iniciativas lideradas por usuários, como no campo da ajuda mútua, suporte mútuo, dos diferentes tipos de defesa dos direitos, militância e de serviços organizados/liderados por eles próprios, que aumentam sua autonomia e independência em relação aos profissionais. Exemplo neste campo se destaca os chamados conselheiros de álcool e drogas, ou seja, antigos usuários de álcool e outras drogas que se recuperaram e que hoje trabalham nos serviços públicos promovendo atividades individuais e coletivas de ajuda e suporte mútuo, dentro e fora dos serviços, e com apoio e infra estrutura.

Financiamento: como exigem tempo, dedicação e reconhecimento, estas atividades podem ser realizadas em parcerias com lideranças de usuários, mas com um incentivo financeiro, pois a ausência de recursos desta ordem constitui uma queixa comum levantada por praticamente todos os líderes de movimento e profissionais que trabalham para eles.

Cartilhas: A National Association for Mental Health (MIND) Organização Não Governamental (ONG) inglesa possui mais de 100 cartilhas sobre temas diferentes tais como, ajuda mútua, sistematização das experiências de recuperação e defesa dos direitos.

Preparação de outras lideranças: faz-se necessário ter lideranças coringa, capazes de substituir a pessoa que exercia algum papel essencial. Para tanto é preciso uma coletividade solidária e que possibilite um rodízio de funções.

Termos legais: as associações, para terem seu registro jurídico e seu reconhecimento legal, necessitam de um estatuto. Recomendável que neste documento estejam previstas as situações de crise e qual o procedimento a ser seguido.

### **Considerações Finais**

Diante dos expostos, a construção de uma proposta de formação política em saúde mental e atenção psicossocial baseiam-se na premissa do respeito a sua especificidade, na clareza que o conceito deste processo tem para o grupo envolvido e de que forma este processo formativo faz sentido na vida dos participantes.

Para os participantes, a formação política é uma estratégia não só para a busca da consciência coletiva, mas para se obter *insights* sobre a própria vida. A formação política é a qualificação da informação através da teoria e da prática para mudar a realidade sendo, portanto, uma construção diária. Faz sair do âmbito da reivindicação individual e passa para a superação mútua de um problema.

Para a formulação do processo da formação política é indicado planejá-la diante dos objetivos que pretenda-se alcançar. Como exemplo: ao pensarmos na militância como objetivo de um processo formativo, a formação seria a qualificação da prática cotidiana ou o motivador para a militância.

Por fim, desenvolvemos o conceito: Formação Política em Saúde Mental é uma prática reflexiva que busca desenvolver a consciência crítica por parte do usuário ou cidadão para objetivos a serem desenvolvidos de acordo com sua necessidade ético-político e existencial, contribuindo para militância e participação política, para o exercício da cidadania inventiva, da defesa de direitos e na intervenção no serviço de saúde mental, entre outros.

### **Referências**

BEZERRA Jr, Benilton. Cidadania e Loucura: um paradoxo?. In: B Bezerra Jr e P Amarante. **Psiquiatria sem Hospício**. Rio de Janeiro: Relume-Dumara, 1992.

BORDENAVE, J.D.& PEREIRA, A.M. **Estratégias de ensino-aprendizagem**. Petrópolis: Vozes, 1998.

KINOSHITA, Roberto. Tykanori. Contratualidade e Reabilitação. In: Pitta, Ana. (Org.). **Reabilitação Psicossocial no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

SOALHEIRO, Nina Isabel. **Da experiência subjetiva à prática política**: a visão do usuário sobre si, sua condição, seus direitos. 2003. 190 p. -Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 2003.

TUMOLO, Paulo Sérgio. **Da contestação à conformação**: a formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista. Campinas: Unicamp, 2002.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. Reinvenção da cidadania, empowerment no campo da saúde mental e estratégia política no movimento dos usuários”, In: VASCONCELOS, E. M. (org). **Saúde Mental e Serviço Social**: o desafio da subjetividade e da interdisciplinaridade. São Paulo: Cortez, 2000a.

\_\_\_\_\_. “Reinvenção da cidadania, empowerment no campo da saúde mental e estratégia política no movimento dos usuários”, in: AMARANTE, P. D. C. (org). **Ensaio, subjetividades, Saúde Mental, Sociedade**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000b.

\_\_\_\_\_. **O poder que brota da dor e opressão**: empowerment, sua história, teorias e estratégias. Paulus, 2003.